

Gestão dos campos de saber nas universidades federais do Brasil: estruturas sucessoras dos departamentos universitários

Paulo Gabriel Nacif¹

pgabriel@ufrb.edu.br

Murilo S. de Camargo²

murilocamargo@unb.br

Dinalva Melo³

dinalva@ufrb.edu.br

Luciana Alaíde Santana⁴

lualaide@ufrb.edu.br

Resumo

A gestão de instituições de ensino superior se estrutura em três dimensões básicas: a) a organização dos campos do saber com vistas a racionalizar as atividades de pesquisa, ensino e extensão; b) a coordenação acadêmica de cada curso de graduação ou pós-graduação; c) a coordenação administrativa, com o objetivo de dotar a instituição de meios físicos, pessoal e organicidade para o desenvolvimento das atividades. No Brasil, a organização dos campos do saber em departamentos passou a ser uma exigência legal nas universidades federais do ano de 1967, no auge do regime militar, por meio do Decreto-lei 252 de 28/02/1967. Este decreto tornou obrigatória a organização do saber por departamentos nas universidades federais e determinava que o departamento se constituísse no eixo central da organização universitária, assumido como o órgão de ensino, pesquisa e extensão que se estrutura para cultivo de um determinado campo do saber. Em 1996, a entrada em vigor da Lei 9.394 que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, flexibilizou as normas e remeteu a cada instituição a autonomia de organização. Com o fim da obrigatoriedade da estrutura departamental, diversas unidades acadêmicas de universidades federais passaram a organizar os seus campos do saber de diferentes formas e as universidades criadas no atual ciclo de expansão das universidades federais (2005-2012) apresentam uma significativa variação de alternativas à estrutura departamental. O presente trabalho apresenta uma análise histórica da organização dos campos de saber das universidades brasileiras, com ênfase

¹ Professor e Reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

² Professor da Universidade de Brasília (UnB)

³ Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, assessora especial da UFRB

⁴ Professora da UFRB

nas cátedras e nos departamentos e analisa as formas de organização contemporânea, declaradas como alternativas à organização em departamentos.

Palavras-Chave: Departamentos universitários, gestão universitária, campos do saber.

1. Introdução

A institucionalização da educação superior levou à definição de estruturas acadêmico-administrativas (a) por exigências tecnoburocráticas, (b) por uma necessidade de organização dos campos de conhecimento para as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e (c) pela necessidade de oferecer uma organicidade aos diversos cursos regulares que, via de regra, constituem-se em resultado da contribuição de diversos saberes. Assim, a estruturação da gestão acadêmica nas universidades sempre foi uma importante dimensão das reformas universitárias em todo o mundo. Tais estruturações, evidentemente, não resultam do acaso e variam de acordo como cada instituição é produzida historicamente. Desconsiderar tal condicionante leva ao que Saviani (1979) denominou de “percepção da universidade de forma abstrata, que constitui algo existente em si e por si; isto limita a análise na sua manifestação empírica escapando a seu caráter concreto, permanecendo no nível da pseudoconcreticidade”.

Corroborando a compreensão de Saviani, Favero (2000) afirma que não é possível uma política educacional coerente – universitária ou não – sem que se tenha como marco de referência um macroprojeto, com características ideológicas e objetivos concretos bem definidos. Mudam-se a organização da sociedade e alteram-se os critérios, as necessidades de avaliação de projetos e de eficiência de métodos, a tecnologia a ser elaborada, a orientação de conhecimentos a serem transmitidos, os métodos de investigação e, conseqüentemente, o modelo organizacional das instituições.

As universidades federais brasileiras, no processo de consolidação da sua identidade institucional, precisam definir a sua estrutura e a conseqüente funcionalidade da gestão acadêmica, considerando o estágio de construção sociocultural em que se encontra. Isso é fundamental para o funcionamento da sua burocracia enquanto partícipe da estrutura da Administração Pública Brasileira, mas é também relevante para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e para a comunicação e avaliação dentro e fora da comunidade acadêmica.

Neste documento, discutem-se questões centrais sobre a gestão acadêmica da universidade, com ênfase na organização dos campos do saber.

2. Organização da Estrutura da Administração Acadêmica Universitária: A cátedra e do Departamento

Contemporaneamente, a gestão de instituições de ensino superior se estrutura em três dimensões básicas:

- a) a organização dos campos do saber, com vistas a racionalizar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, bem como permitir, quando necessário, a avaliação dos docentes pelos pares do mesmo campo de conhecimento e, ainda, outras avaliações internas e externas referentes tanto à relevância de determinado campo de saber para a instituição quanto à sua contribuição à sociedade;
- b) a coordenação acadêmica de cada curso de graduação ou pós-graduação;
- c) a coordenação administrativa, com o objetivo de dotar a instituição de meios físicos, pessoal e organicidade para o desenvolvimento das atividades fins e que pode se apresentar em diferentes níveis de complexidade e hierarquia nas diversas instituições.

É possível afirmar que dentre essas as três dimensões, a coordenação acadêmica, denominada de colegiado de curso, é aquela que apresenta maior estabilidade temporal e reprodução em estruturas semelhantes nas diferentes instituições. Ele é sempre um órgão da administração setorial responsável pela coordenação didático-pedagógica de cada curso de graduação ou pós-graduação.

As outras dimensões se apresentam com diferentes feições nas diversas instituições, que, nesses casos, fazem uso da sua autonomia na escolha de possíveis formas de organização. Ressalte-se que essa autonomia é recente na cultura organizacional das universidades brasileiras, pois, até 1996, a organização dos campos do saber em departamentos era uma exigência legal nas universidades federais.

2.1. Estruturação dos campos do saber

As formas da estruturação dos campos do saber nas universidades brasileiras, no plano histórico, têm sido amplas e variadas seja por força de definições legais, seja, na

contemporaneidade, pela autonomia na definição de estruturas mais adaptadas aos estágios de desenvolvimento e ambiente institucional das diferentes universidades.

A cátedra, primeira forma de organização do saber nas universidades brasileiras, revela-se de grande utilidade para a análise de modelos de organização da estrutura da administração do ensino superior brasileiro, pois, no início da sua institucionalização, a estruturação do conhecimento nas escolas superiores girava em torno da pessoa do catedrático. A sua instituição nas universidades brasileiras resulta do fato que essas herdaram a organização universitária do Reino de Portugal. Após a independência do País, o Império estabeleceu os Estatutos de 1831, que previam entre outras deliberações que “os professores do curso jurídico seriam contemplados com todas as honras de que gozavam os da Universidade de Coimbra, regendo as cadeiras para cujas matérias se reputarem mais aptos”.

Segundo Chagas (1972), a evolução lenta dos conhecimentos, o pouco dinamismo do ensino e a vagarosa expansão da matrícula e da rede permitiram que os privilégios vinculados à cátedra permanecessem por longo tempo (vitaliciedade, propriedade e inamovibilidade). Pela necessidade de envolvimento de novos docentes nas matérias dos catedráticos, ela sofreu mudanças e se tornou uma entidade mais coletiva, mas altamente verticalizada na figura do catedrático.

O crescimento quantitativo e o aumento do dinamismo nas academias levaram a uma necessidade concreta de despersonalizar a nucleação do conhecimento mantendo-se, no entanto, a essência do seu conceito nuclear na organização desse conhecimento em diferentes campos do saber. Surgem assim os departamentos.

Chagas (1972) conceitua departamento como um órgão de ensino, pesquisa e extensão que se estrutura para cultivo de um determinado campo do saber. No seu modelo ideal ele foi concebido em três dimensões: a) como uma congregação de professores que atuam e deliberam com objetivos comuns de ensino e pesquisa; b) como um conjunto de matérias afins; c) como uma unidade administrativa. Neste último caso, ressalte-se que o Decreto-Lei nº. 252/1967 define departamento como algo indivisível, menor fração estrutural para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, no qual se encontram lotados os servidores docentes e técnico-administrativos.

O departamento, não obstante tenha sido introduzido na universidade brasileira por medidas ditatoriais, possui defensores de diversos matizes. Por exemplo, o professor, ex-reitor da UnB e Senador da República, Cristovam Buarque em (Buarque,

1989) considera que “a universidade levou 900 anos para descobrir sua estrutura departamental, onde o conhecimento evolui através de eficiência da produção por categoria do conhecimento”. Possivelmente, o professor Buarque refere-se muito mais à importância da nucleação, que organiza os campos do saber com vistas a racionalizar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, do que à dimensão burocrática que o departamento representou na estrutura organizacional que moldou a universidade. Mesmo assim, há de se considerar que com o avanço das ciências ocorrendo de forma cada vez mais acelerada é razoável pensar que esses núcleos que organizam os campos de saber tendem a crescer também de forma acelerada.

Considerando-se que o departamento ainda é uma realidade no contexto da universidade, é interessante entender o seu funcionamento e sua associação com as outras instâncias da instituição.

Nas universidades federais mais antigas, a divisão das atribuições ocorre em termos gerais segundo o seguinte modelo: a escola, o centro ou a faculdade responsabiliza-se pela administração das estruturas físicas e de pessoal, bem como pelo estabelecimento da política acadêmica, e os colegiados de curso se responsabilizam pela coordenação didática de cada curso; nesta organização, cabe aos departamentos a administração de recursos humanos e de determinadas estruturas físicas específicas da área, demandando da estrutura administrativa intermediária (escola, faculdade, centro), sempre que necessário, os recursos para oferecer as disciplinas requeridas pelos diversos colegiados de curso. Adicionalmente, cabe ainda aos departamentos administrar as atividades de pesquisa e extensão.

Como já argumentamos anteriormente, a estrutura mais bem definida da administração acadêmica da universidade brasileira é o colegiado de curso. Ele constitui-se no setor de coordenação didática dos cursos, tendo por isso a sua ação prioritária no campo das atividades de ensino. Evidentemente, a pesquisa e a extensão integram as atividades de ensino e devem ser estimuladas e integralizadas como parte da formação discente e, nesse aspecto, o colegiado deverá atuar no sentido de garantir a harmonia desse enlace entre essas três linhas de atuação acadêmica.

Não se revela plausível atribuir aos colegiados de cursos funções diferentes da coordenação acadêmica sem sérios prejuízos a sua função primordial.

Por sua vez, um campo do saber não pode ser confundido com um curso de graduação, na medida em que aquele campo se organiza com o propósito de cooperação para a formação de diversos cursos. Ademais, a pesquisa e extensão necessitam de um

instrumento de dinamização, evidentemente, integrando-as com o ensino de graduação e pós-graduação.

Qualquer curso de graduação ou pós-graduação exige uma visão multidisciplinar ensejando que os docentes, em sua maioria, contribuam com diversos cursos e tenham, além das atividades de ensino, atribuições de pesquisa e extensão. Desse modo, um curso de graduação ou pós-graduação é resultado de uma complexa rede de contribuições de diferentes campos de saber e estruturas acadêmico-administrativas. A organização e acompanhamento dessa rede, de modo a definir uma totalidade estruturada, inclusive em suas interações dialéticas que resulte em um curso específico, é atribuição do colegiado de curso.

Nesta rede, a organização dos campos do saber passa a ser algo relevante. Parece existir uma tendência a se aceitar como fundamental a necessidade de definir na instituição uma estrutura de estímulo à relação entre pares de um mesmo campo do saber, capaz de definir obrigações recíprocas e afirmar um projeto coletivo. Isto se refere à busca de um ponto de associação orgânica dos professores a partir do qual eles organizem, em ampla interação, a pesquisa, a extensão e o ensino nos diversos cursos, bem como possam responder aos aspectos burocráticos exigidos pela instituição e, pelo menos numa primeira instância, ou mesmo em caráter consultivo, possam se avaliar, emitir pareceres sobre aspectos do seu campo de conhecimento, necessidades de estruturas laboratoriais, materiais de consumo e adequações e readequações dos recursos humanos.

Tais atribuições, inicialmente definidas nas cátedras, passaram, posteriormente, a ser exercidas pelo departamento. No entanto, diversas questões de natureza organizacional e do próprio avanço da ciência levaram a críticas à estrutura departamental que resultaram na sua extinção em algumas universidades e a não previsão da sua implantação em universidades novas. Em alguns casos, a nomenclatura “departamento” continuou, no entanto, com outro significado daquele aqui definido.

2.2. Tendências Atuais

Quais foram os principais motivos para a presente tendência de extinção dos departamentos?

CHAUÍ (2000) considera que a departamentalização das universidades brasileira, durante a ditadura militar e sob a proteção do ato institucional nº5, modificou

os objetivos primários da proposta de Darcy Ribeiro que pensava os departamentos como uma forma de democratizar a universidade e eliminar o poder das cátedras, transferindo para o corpo docente o direito às decisões. O processo pós-1968 consistiu em reunir num mesmo departamento todas as disciplinas afins, de modo a oferecer cursos num mesmo espaço (uma única sala de aula), com o menor gasto material e sem aumentar o número de professores. A Professora Chauí considera ainda que a criação dos departamentos possivelmente objetivasse um maior controle administrativo e ideológico de professores e alunos. Também em FAVERO (1991) apresenta referências textuais nesse sentido no documento *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, editado pelo MEC em 1966, de autoria de Rudolf Atcon, conhecido como Relatório Atcon, bem como às propostas da Comissão criada Decreto nº 62.024, presidida pelo General Meira Mattos.

Em sua concepção inicial, a criação de departamentos deveria levar a uma diminuição das tradicionais escolas ou faculdades que imprimem, muitas vezes, às universidades muito mais uma feição de federação de escolas superiores. Tal prognóstico, no caso brasileiro, não ocorreu. Deste modo, foi criada uma estrutura burocrática abaixo das escolas ou faculdades e estas, por sua vez, permaneceram quase imutáveis.

Uma das principais críticas à estrutura departamental a define como um nível de poder refratário a interações, que dificulta a integração entre as unidades, sendo altamente resistente a mudanças decorrentes de necessidades institucionais ou da própria ciência que o departamento representa na universidade.

Muitas vezes, em universidades mais antigas, os departamentos se estruturaram a partir das cátedras e a sua distribuição nas diferentes áreas do conhecimento nem sempre foram determinadas por questões acadêmicas. Isso explica, em parte, as variações quanto ao número de departamentos e ao número de docentes por departamento nas diferentes instituições. Têm-se exemplos de departamentos superdimensionados que funciona, na prática, como uma faculdade ou, em outros casos, há esfacelamento de determinadas áreas em pequenos departamentos com a subdivisão excessiva do conhecimento e conseqüentes dificuldades na articulação horizontal e vertical do conjunto. Em alguns casos, a fragmentação atingiu níveis inaceitáveis: vários departamentos tomam conta de uma área de saber e não existe muito intercâmbio entre eles. As grandes universidades federais brasileiras possuem departamentos cuja variação no número de docentes pode chegar a 1000%.

Uma estrutura departamental mal planejada, em determinadas situações, pode levar ao que alguns estudiosos chamaram de “departamentalismo estreito e arrogante” que gera um provincianismo maléfico no qual se esvai a própria idéia de universidade. Não são raros os casos de departamentos que se transformaram em feudos de poder, retratados na sua face mais perversa num corporativismo maléfico em que um pacto de mediocridade permite que processos de avaliação docente sejam ignorados sistematicamente ou que o desrespeito a determinadas regras da academia (por exemplo, a dedicação exclusiva) sejam encobertos nessas relações de compadrios.

3. Identificando alternativas: estruturas sucessoras dos departamentos universitários

Apesar das críticas, deve-se ressaltar que a estrutura departamental tradicional seguramente significou um imenso avanço em relação à cátedra, mas, na atualidade, começa a ser conceitualmente superada e, deste modo, buscam-se formas de garantir as conquistas advindas da estrutura departamental, enquanto organizadores dos campos do saber das universidades, adaptado-as, no entanto, a novas formas organizativas mais flexíveis, ágeis e com maior capacidade de interagir dentro da universidade.

Um aspecto que deve ser ressaltado é que esse período de transição na organização dos campos de saber das universidades brasileiras não vem acompanhado de um grande debate nacional, sendo, muitas vezes, tratado pelos atores do processo como algo menor. No cenário atual, quatro novos modelos podem ser destacados na estruturação dos campos do saber dos centros (escolas, faculdades): a) a livre associação; b) os núcleos de matérias afins, c) os laboratórios como unidades acadêmico-administrativas e, d) a estruturação de áreas de conhecimento, de caráter consultivo.

A análise das experiências atualmente em curso em universidades brasileiras demonstra que a estrutura de organização em núcleos ou a livre associação é uma tendência em centros cujos campos do saber são consensualmente próximos, de modo a permitir uma fácil interlocução entre os todos os docentes. Por outro lado, em centros (escolas ou faculdades) que apresentam uma associação mais complexa de campos de saber, parece ser preferível uma organização que reconheça essas diferentes áreas e, por isso, a opção é por estruturas como laboratórios ou áreas de conhecimento de caráter consultivo.

A organização de professores em núcleos ou a livre associação constituem-se em tendências muito próximas. Nestes casos, os núcleos ou associações não funcionam como estruturas administrativas, mas como grupos dinâmicos que podem ser criados ou extintos de acordo com a conveniência da rotina acadêmica. É o caso da Faculdade de Letras da UFMG que extinguiu os departamentos em 2003 (à época contava com quatro departamentos e 130 docentes), passando então a organizar-se em núcleos. No caso da referida faculdade, com a extinção dos departamentos foram criados: uma secretaria única, que desenvolve os trabalhos burocráticos, antes de competência dos departamentos; os cargos de coordenadores (de pesquisa, extensão, recursos humanos e orçamento) ligados à diretoria; e também a criação de câmaras temáticas (ensino, pesquisa e extensão) que trabalham em sintonia com a congregação da faculdade, facilitando o processo de deliberação.

Na Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, os departamentos foram extintos em 2003 e foram sucedidos por uma nova estrutura organizacional. Foram criados os Conselhos Integrados de Ensino, Pesquisa e Extensão, como forma de proporcionar maior inter-relação entre as pesquisas desenvolvidas nas diferentes áreas do conhecimento da Faculdade. Assim, nessa Faculdade, docentes atuam majoritariamente em um de seus três Conselhos Integrados: de Infra-Estrutura Rural, de Planejamento e Gestão e de Tecnologia de Processos, podendo atuar também junto aos demais, de acordo com suas áreas de interesse. A partir de então, os Laboratórios passaram a ter maior destaque na Faculdade. As atividades desenvolvidas nesses órgãos possibilitam ao docente uma maior flexibilização de sua atuação no ensino e na pesquisa, potencializando as condições para execução de atividades interdisciplinares na Faculdade. Cada um conta com um docente responsável e equipe de técnicos que, em sua maioria, possui formação em nível de pós-graduação, o que certamente contribui para o atendimento dos objetivos aos quais se propõem (<http://www.feagri.unicamp.br/feagri.php?secao=2Feagri>).

A Universidade Federal do ABC, constituída com ênfase nas áreas de matemática, computação e engenharia, possui uma organização da pesquisa e extensão em núcleos nos seus diversos centros - Centro de Ciências Naturais e Humanas, Centro de Matemática, Computação e Cognição e Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

A Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) não possui departamentos, que foram substituídos por laboratórios. No entanto a lógica de

organização muito se aproxima da estrutura departamental. O seu estatuto estabelece o Laboratório como a menor parte da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica, distribuição de pessoal e de representação nos órgãos colegiados da UENF. Tais laboratórios constituem-se na base acadêmico-administrativa de todos os centros da UENF - Centro de Ciência e Tecnologia, Centro de Biociências e Biotecnologia, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Centro de Ciências do Homem.

Não obstante a semelhança administrativa e acadêmica com a estrutura departamental, os laboratórios da UENF possuem estatutariamente uma capacidade de flexibilização maior que os departamentos tradicionais. Cada laboratório deve atender aos seguintes requisitos:

- ter um número mínimo de 5 professores;
- possuir grupos de pesquisa com massa crítica, abrangendo áreas significativas de conhecimento;
- disponibilidade de instalações e equipamentos, conforme a área de conhecimento;
- professor-líder necessário ao desenvolvimento da pesquisa e do ensino na respectiva área;
- apresentação de projeto para os 2 (dois) anos subseqüentes à sua implantação.

Outra possibilidade de organização dos campos de saber da universidade é a estruturação das chamadas áreas de conhecimento dentro dos centros (escolas, faculdades), podendo, inclusive, para algumas questões, abranger docentes de centros diferenciados. Essa forma de organização está presente em muitas instituições, a exemplo das universidades estaduais da Bahia.

Tais áreas do conhecimento congregam professores de um mesmo campo do saber, determinados por critérios que podem advir de a) áreas de conhecimento reconhecidas pelas sociedades científicas ou agências de fomento e regulação como a CAPES ou CNPq, b) conjunto de subcampos (matérias) em que para efeitos didático-científicos, forma um campo mais amplo, considerado relevante para o centro e c) combinações dos itens anteriores, definidos por consenso na plenária do centro (escola, faculdade ou instituto).

As áreas de conhecimento não possuem poderes deliberativos (pois neste caso se confundiria com os departamentos). Deste modo, todas as questões dos centros (escolas,

faculdades) são deliberadas na plenária (caso das universidades estaduais da Bahia) ou conselho de centro (caso da UFRB). No entanto, em questões específicas e pertinentes, pede-se o auxílio consultivo dessas áreas, possibilitando assim que a discussão e deliberação das questões ocorram com base em pareceres opinativos do conjunto de docentes do campo de saber. Neste caso, as áreas de conhecimento não se constituem em unidades administrativas e, evidencie-se, o centro permanece estatutariamente como a base da estrutura da universidade para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica. Como nos outros casos, a exceção dos laboratórios da UENF, na estrutura de áreas de conhecimento, cabe aos centros questões como, por exemplo, lotação de docentes, indicação de docentes para ministrar disciplinas, acompanhamento da vida acadêmica dos docentes (atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração) e compatibilização dos horários de aulas dos docentes, de acordo com o interesse da instituição.

Neste caso às áreas de conhecimento compete:

- atuar como uma estrutura de estímulo à relação entre pares de um mesmo campo do saber capaz de definir obrigações recíprocas e reafirmar um projeto coletivo, pactuado democraticamente;
- opinar sobre questões onde os docentes que atuam em determinado campo são mais qualificados para emissão de pareceres para serem avaliados pela plenária dos centros. Aqui se incluem indicações de necessidades estruturais e de recursos humanos para o exercício da docência naquela área; sugestões de distribuição das atribuições docentes da área; pareceres sobre projetos da área; impacto da liberação de professores para treinamento.
- Auxiliar o centro na administração das estruturas específicas do campo do saber (laboratórios e equipamentos, por exemplo).

A estrutura de áreas de conhecimento pode ser associada à de núcleos de pesquisa e extensão que podem ser criados ou extintos de acordo com a conveniência da rotina acadêmica.

4. Conclusões

No presente, a transição da organização dos campos de saber das universidades brasileiras não vem acompanhada de um grande debate nacional, sendo, muitas vezes, tratada pelos atores do processo como algo menor.

Ao analisar as formas apresentadas de organização dos campos do saber da universidade é possível perceber que elas variam principalmente no que diz respeito: a) à flexibilidade e articulação do conjunto, b) tendência a uma estrutura administrativa mais horizontal ou vertical, c) à burocratização que imprime à instituição, d) às relações de poder e e) no grau de interação com outras áreas de conhecimento.

5. Referências

SAVIANI, Dermeval. Participação da Universidade no desenvolvimento nacional: a universidade e a problemática da educação e cultura. *Educação Brasileira*, v. 1, p. 35-58, 1979.

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *Universidade e Poder: Análise Crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2. ed. Brasília-DF: Plano, 2000. v. 1. 260p.

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *Da Universidade 'Modernizada' à Universidade Disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. Cortez/Autores Associados, São Paulo, 1991.

CHAGAS, Valnir. *O departamento na organização universitária*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1972.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998

BUARQUE, Cristovam. *Na Fronteira do Futuro (O Projeto UnB)*. Editora da Universidade de Brasília, 1989.

CHAUÍ, Marilena. Escritos Sobre a Universidade. Editora UNESP, São Paulo, 2000.